



## CARTA DO BRASIL

Subscvem esta Carta os participantes do 'Seminário Democracia e Participação Popular como base para a construção do modelo de estado, sociedade e desenvolvimento', realizado pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) nos dias 17 e 18 de outubro de 2014, no Rio de Janeiro, Brasil, como parte das preparações para o '*XIII Congresso Latinoamericano de Medicina Social y Salud Colectiva*' da Asociación Latinoamericana de Medicina Social (Alames).

- Entendemos que a América Latina vive um momento político crítico e delicado, com possibilidades concretas de retrocessos nos avanços conquistados pelos governos populares, particularmente as conquistas no âmbito dos direitos sociais e da articulação latino-americana, ameaçados pela ação das forças políticas conservadoras que, apoiadas pelo imperialismo, atuam conspirando diuturnamente contra tais governos e buscam recuperar, de diferentes formas, a hegemonia de poder na região;
- É preciso reconhecer que as políticas distributivas que são implementadas pelos governos populares em curso na América Latina, ainda que necessárias, estão distantes de superar e mudar as pautas políticas neoliberais. Significa dizer que esses processos de governos não conseguiram promover todas as profundas transformações na sociedade e, na prática, prevalecem os interesses do capital. Também se deve reconhecer que a via do jogo político, que caracteriza a democracia burguesa, tem se revelado insuficiente para garantir as conquistas e assegurar avanços mais significativos nas políticas econômicas e sociais favoráveis à classe social que vive do trabalho;
- A América Latina recebeu o sopro de bons ventos que ampliam expectativas por mudanças sociais. Entretanto, é preciso reconhecer que nessa conjuntura as estratégias políticas dos governos populares do campo de esquerda na América Latina enfrentam dificuldades. A participação popular, em que pesem os grandes avanços observados nesses governos progressistas, não conseguiu ainda lograr plenamente sua força política transformadora e muitos movimentos populares ainda carecem de independência e autonomia em relação ao Estado. As políticas de inclusão e de distribuição de renda que vêm sendo promovidas,

com muita frequência, surgem como políticas individualizadas ou focalizadas e, geralmente, os problemas políticos subjacentes a essas políticas têm sido tratados equivocadamente como problemas técnicos;

- Com fraco enfrentamento do assunto nas respectivas práticas de governos, a esquerda latino-americana tem encontrado muita dificuldade em ganhar a batalha da comunicação. Parte dela acreditou que quando assumisse o poder transformaria o Estado, mas não considerou que, ao revés, a estrutura burocrática do Estado poderia transformá-la;
- Sob essa perspectiva de análises, é necessário que os atuais partidos políticos comprometidos com as causas populares reconquistem a sua legitimidade social e política. Os programas partidários têm-se diferenciado pouco sob o ponto de vista ideológico, observando-se uma incoerência entre o programa do partido e o exercício da prática, em grande medida induzido pelas coalizões que realizam para governar, resultando em crises tanto políticas como de representação. Apesar dessa constatação, defendemos como fundamental a existência dos partidos como instâncias importantes para mobilizar e articular ideologias e campos políticos. A crise política que aqui identificamos expõe também os limites da democracia liberal e, nesse contexto, a participação e mobilização popular autônoma, nos moldes da democracia radical, devem ser entendidas como principais agentes indutores de transformações reais;
- Identificamos que há dificuldades concretas em caracterizar o ator revolucionário que pode impulsionar um processo de transformação social. Por isso, é imprescindível fazer uma leitura atenta dos movimentos sociais da cidade e do campo, dos sujeitos diversos e periféricos que emergem das contradições do próprio sistema capitalista. Reconhecer como esses sujeitos têm atuado e promovido transformações lentas, mas profundas nos modos de viver, realizando a crítica ao modelo econômico e apontando para outros rumos os projetos e modelos de sociedade;
- Este momento é de reconstrução da agenda continental e da construção de um projeto de justiça social socialista, articulado regionalmente, uma vez que um país isolado não tem como levar adiante projetos que rompam com a lógica capitalista mundializada, baseada no individualismo e no consumo, que não respeita a natureza e coloca em risco o planeta;
- Um projeto político que vise construir um novo modelo de Estado e de sociedade deve ter como pressupostos a soberania dos países, a articulação regional, a solidariedade entre e intrapaíses, a sustentabilidade do planeta visando o futuro das novas gerações, a construção de novos consensos a partir da democracia irrestrita e radical e da participação popular;
- A discussão sobre os caminhos possíveis para um processo de transição para o socialismo deve levar em consideração experiências latino-americanas que, como forças reformis-

tas e/ou revolucionárias, procurem construir um Estado popular como mediação para a construção de um mundo igualitário, socialista;

- Os governos progressistas da América Latina necessitam promover reformas estruturantes, impulsionados pelas lutas dos movimentos sociais. Algumas reformas precisam ser realizadas urgentemente para garantir a própria democracia, como a reforma dos meios de comunicação, a reforma tributária, a reforma agrária, a reforma judiciária e a reforma política;
- Reafirmamos que a luta pela saúde não pode ser exclusivamente uma luta setorial. A política de saúde que pretendemos construir precisa ganhar um conteúdo anticapitalista. Os avanços conseguidos nesse setor, como o caso do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, foram decorrentes de lutas mais amplas que ganharam a adesão de toda a sociedade e muitos impasses para a concretização do SUS são frutos do embate com o capital;
- As políticas sociais focalizadas que mobilizam 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) não bastam e seus objetivos se esgotaram. É hora de mudanças de fato. Estas políticas atuais mais servem ao atendimento dos interesses do mercado e do capital. A nossa luta latino-americana deve assumir posição firme na defesa dos direitos e políticas sociais universais sob a responsabilidade pública do Estado;
- Entidades como o Cebes e a Alames devem assumir a articulação política e a mobilização em nível regional, refundando o sentimento e a força política daquele momento da emergência da medicina social e da saúde coletiva como marco do nascimento da luta pelo direito à saúde na América Latina. Nesse processo, nossa tarefa será a de contribuir para a interpretação da realidade, identificando as contradições e construindo um discurso que faça sentido para todos, por uma hegemonia política forte e comprometida com o direito à saúde e o bem viver. Esta articulação deve transformar a luta pela saúde em uma luta que vise à construção de um novo projeto civilizatório.

Concluimos esta Carta com a certeza dos grandes desafios que temos diante da investida conservadora e da necessidade de construir uma frente política latino-americana apoiada em uma agenda incluyente e mobilizadora para acolher as demandas de trabalhadores, camponeses, mulheres, grupos LGBTs, negros, indígenas, enfim, todos os grupos excluídos e suas lutas. Nossa agenda deve incluir temas esquecidos, mas que fazem a diferença nas vidas das pessoas reais. Nossa agenda deve ter a abrangência para conquistar os corações e as mentes de todos os latino-americanos rumo à construção de um mundo justo e igualitário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2014